

HABEAS CORPUS Nº 493.794 - DF (2019/0045552-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : HERMES BATISTA TOSTA
ADVOGADO : HERMES BATISTA TOSTA - GO013081
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : ADILSON BARBOSA CAETANO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ADILSON BARBOSA CAETANO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios proferido no julgamento do HC n. 0700356-21.2019.8.07.0000, assim ementado:

"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

1. A garantia da ordem pública está elencada no artigo 312 do Código de Processo Penal como um dos fundamentos a justificar a prisão preventiva de uma pessoa.

2. É certo que se trata de um conceito jurídico aberto, o que necessita do trabalho da doutrina e da jurisprudência para concretizá-lo da melhor forma, garantindo por um lado os direitos constitucionais dos acusados em geral e, por outro, o interesse da sociedade em manter a tranquilidade social. Nesse diapasão, o conceito ordem pública deve ser interpretado como instrumento de manutenção ou de restabelecimento da tranquilidade do meio social que foi desordenado pela periculosidade do agente, pelo fundado receio de reiteração da prática criminosa, pela gravidade concreta da conduta a ele imputada demonstrada pelo de sua ação. *modus operandi*

3. No caso, a prisão preventiva do paciente foi decretada e mantida em decisões fundamentadas em razão da gravidade em concreto da conduta e a possibilidade de reiteração de condutas criminosas. O paciente, praticando o alegado crime de estelionato, causou um desfalque considerável no patrimônio das vítimas (R\$ 360.000,00), sendo que uma delas é pessoa idosa. Acrescente-se, ainda, que o paciente já tem três condenações por crime doloso transitadas em julgado.

4. Todo esse cenário, como bem definido no ato coator, demonstra a gravidade e a periculosidade em concreto da ação delitiva desenvolvida pelo paciente, o que causa inequívoca intranquilidade social e perturbação da ordem pública, além da possibilidade de reiteração criminosa do paciente.

5. Não vislumbrada nenhuma coação ilegal ao direito de locomoção do paciente a ser solucionada em sede de *habeas corpus*.

6. *Ordem denegada.*" (fls. 143/144)

No presente *writ*, alega ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, notadamente por inexistir qualquer investigação contra o paciente após a data da prática do delito que justificou a prisão provisória.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator